TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19: reflexões a partir das experiências dos trabalhadores do CRAS no Município de Pentecoste-Ceará

Maria das Graças Rodrigues Mendes[1]

Antonia Paula Barbosa Santos[2]

Kilviane Maria Sousa Pinto[3]

Lauriene Rodrigues Marreiro[4]

RESUMO

A agenda neoliberal brasileira, o neoconservadorismo e os impactos da Pandemia do Novo Coronavírus agravaram a desigualdade social nas famílias atendidas pela Política de Assistência Social. O objetivo da pesquisa é refletir sobre o trabalho social com famílias desenvolvido no PAIF a partir da vivência dos trabalhadores do CRAS em Pentecoste/CE. Especificamente vamos identificar os desafios dos trabalhadores do SUAS ao implementar a matricialidade sociofamiliar no PAIF; verificar as demandas das famílias acompanhadas pelo Serviço PAIF, e entender como a pandemia da Covid-19 afetou o Trabalho Social com famílias. Metodologicamente, a pesquisa é quantitativa, bibliográfica, documental e de campo, com coleta de dados por questionário semiestruturado. Identificou-se que a matricialidade nos CRAS em Pentecoste está alinhada às diretrizes da PNAS (2004). Territórios amplos e sobrecarga de demandas são desafios à atenção dos usuários do Serviço. E a pandemia acirrou as expressões da questão social já vivenciadas pelas famílias usuárias.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Proteção Social Básica. Trabalho Social com famílias. Covid-19.

ABSTRACT: The Brazilian neoliberal agenda, neoconservatism and the impacts of the New Coronavirus Pandemic have aggravated social inequality in the families served by the Social Assistance Policy. The objective of the research is to reflect on the social work with families developed at PAIF from the experience of CRAS workers in Pentecoste/CE. Specifically, we are going to identify the challenges of SUAS workers when implementing the socio-familial matrix in the PAIF; verifying the demands of families monitored by the PAIF Service, and understanding how the Covid-19 pandemic affected

[1] Assistente Social e Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social - UECE mgrmendes@yahoo.com.br

[2] Assistente Social, Especialista em Gestão de Políticas Públicas, pela Faculdade Terra Nordeste - FATENE, E-mail: antoniapaulabsantos@gmail.com

[3] Assistente Social, Especialista em Gestão de Políticas Públicas, pela Faculdade Terra Nordeste - FATENE, E-mail: kilvianemarias@gmail.com

[4] Assistente Social e Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – UECE, e-mail: lauriene.marreiro@fatene.edu.br

Social Work with families. Methodologically, the research is qualitative, bibliographical, documental and field, with data collection through a semi-structured questionnaire. It was identified that the matrix at CRAS in Pentecoste is in line with the guidelines of PNAS (2004). Large territories and demand overload are challenges for the attention of the Service users. And the pandemic intensified the expressions of the social issue already experienced by the user families.

Keywords: Assistance Policy. Basic Social Protection. Social work with families. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, desde março de 2020, os efeitos do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS BRASIL) trouxeram mudanças radicais para as esferas da vida social e as políticas sociais que atendem populações que já sofrem com a extrema pobreza, a pobreza e as vulnerabilidades sociais como é o caso dos usuários da Política pública de Assistência Social.

A pandemia do novo coronavírus envolveu a população brasileira e agudizou a questão social, expondo as frágeis contrarreformas neoliberais no país, que favorecem o capital privado e prejudicam medidas urgentes sobre os direitos das classes trabalhadoras. (YAZBEK; RAICHELIS; SANT'ANA, 2020). Temos então, um cenário de crise sanitária aguda que expõe, cada vez mais a desigualdade social com restrição de direitos nas mais diferentes áreas.

Assim, refletir sobre a Política de Assistência Social e seus desdobramentos na conjuntura contemporânea, nos permite visualizar se estamos consolidando os marcos previstos na Constituição Federal, bem como estamos defendendo e construindo o Sistema de Proteção Social, face às gestões neoliberais (BOSHETTI; BERHRING, 2006).

A relevância deste trabalho parte do entendimento da proteção social estabelecida no SUAS e como recorte da análise, sendo necessário compreender como se organiza o trabalho social com famílias na Proteção Social Básica (PSB) dentro da proposta de matricialidade sociofamiliar, ou seja, a família como núcleo

social fundamental, para a efetividade de todas as ações e serviços previstos pela Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e desenvolvida no Município de Pentecoste – Ceará.

Nesse debate, junto aos profissionais que atuam nos espaços sociocupacionais do SUAS, observamos o aprofundamento da desigualdade social no país nas últimas duas décadas, associado ao agravamento das expressões da questão social impostas pela emergência da Pandemia da COVID-19 desde março de 2020 no Brasil.

O Manifesto do CFESS (2020), a ONU (Organização das Nações Unidas) e da OMS (Organização Mundial da Saúde) alertaram que as populações mais pobres seriam as mais atingidas pela pandemia do COVID-19. E no Brasil, grande parte da população não tem acesso às políticas sociais de forma qualitativa. Paralelo a crise sanitária, vivenciamos o avanço da crise financeira que afeta desempregados e demais categorias profissionais e destes, muitos se tornaram público de atendimento na assistência social, gerando uma nova demanda para essa política.

Boschetti (2016) alerta sobre os desmontes dos direitos sociais derivados da crise política já instalada, e a redução dos investimentos nas políticas sociais, que impactam todo o Sistema de Seguridade Social brasileiro. No atual momento de crise do capital, expandir a Política de Assistência Social é uma estratégia, haja vista as expressões da questão social crescentes e as tendências claras de precarização do trabalho, bem como dos seus sentidos.

Esta pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre o trabalho social com famílias desenvolvido no PAIF, a partir da vivência dos trabalhadores dos dois CRAS em Pentecoste/CE. Como objetivos específicos visa identificar os desafios dos trabalhadores do SUAS ao implementar a matricialidade sociofamiliar no PAIF; e verificar as demandas das famílias acompanhadas pelo Serviço PAIF, e finalizando entender como a pandemia da Covid-19 afetou o Trabalho Social com as famílias.

A abordagem é qualitativa, com pesquisas bibliográfica, documental, de campo, e a técnica de coleta de dados com questionário semiestruturado, aplicado junto as equipes técnicas do CRAS de Pentecoste-Ceará em fevereiro de 2021.

Como categorias de análise elegemos a Política de Assistência Social, o Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Básica (PSB) e o contexto da Pandemia da Covid 19 no Ceará e no Brasil. O trabalho tem quatro pontos. No primeiro, aborda os aspectos metodológicos da pesquisa, seu lócus de investigação e o perfil das participantes. No segundo, contextualiza brevemente o Sistema de Seguridade Social brasileiro, com ênfase no acelerado processo de precarização e desfinanciamento da Proteção Social. No terceiro ponto, refletimos sobre as diretrizes da Matricialidade sociofamiliar previstas na PNAS, à luz das experiências e desafios relatados pelos profissionais no CRAS em Pentecoste – Ceará. Na última parte, apresentamos as conclusões e reflexões sobre os resultados da pesquisa.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: BREVE RELATO DAS INTENÇÕES E ESCOLHAS DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Os impactos do cenário contemporâneo brasileiro, impulsionam pela busca do fortalecimento dos Serviços da PSB organizados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essa temática requer um esforço de análise sobre a oferta do Trabalho Social com Famílias desenvolvido pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) em sua configuração no contexto de pandemia de COVID-19.

As escolhas metodológicas foram pela pesquisa qualitativa, que respectivamente buscou compreender a realidade investigada, permitindo conhecer sobre a ótica dos participantes como se organiza o Trabalho Social com Famílias no SUAS a partir do seu universo e realidade que está inserido. Conforme Minayo e Deslandes (2012, p. 21) a abordagem qualitativa “busca o aspecto subjetivo do fenômeno ou da população, trabalhado com os significados dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Desenvolvemos ainda pesquisas bibliográfica, documental e de campo como aporte para nossas reflexões. não esquecendo que elas se aplicam a um contexto específico e sujeito as variações próprias do tempo histórico.

Na pesquisa de campo escolhemos como lócus, o CRAS José Valdir Aguiar (CRAS Rural), referenciando três mil famílias na área rural; e também o CRAS Francisco Mozart Pessoa (CRAS Sede), que atende as demandas da população da sede de Pentecoste/CE, referenciando atualmente mais de três mil famílias. Pentecoste tem uma população estimada até 2020 de 37.900 habitantes, segundo dados do IBGE. A cidade integra a Mesorregião Cearense localizada a 88 km de Fortaleza/Ce. De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), os dois CRAS do município são de Pequeno Porte II com capacidade de atendimento de até 3.500 famílias cada.

Quanto aos sujeitos, são cinco profissionais mulheres, sendo quatro Assistentes Sociais e uma Psicóloga, que compõem as equipes de referência dos dois CRAS de Pentecoste/CE e trabalham no PAIF. Para a coleta de dados estruturamos questionário com eixos de análises: Aspectos Sociodemográfico dos (as) Participantes; Percepção quanto aos aspectos conjunturais da PNAS no Brasil; Trabalho Social com Famílias: reflexões sobre desafios do SUAS; e Trabalho Social com Famílias no contexto da Covid-19. O questionário foi adaptado à ferramenta na Plataforma Google Docs., devido aos procedimentos éticos da pesquisa com seres humanos e o cumprimento das legislações municipais e estaduais aplicadas quanto ao isolamento social da população durante a crise sanitária.

A pesquisa de campo ocorreu em fevereiro de 2021 com as profissionais dos dois CRAS citados. Os dados coletados possibilitaram análises sobre o cotidiano profissional no desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias, e as particularidades da atuação profissional em tempos de Covid-19, que revelam desafios, fragilidades e possibilidades para a efetividade do trabalho no SUAS.

Quanto ao primeiro eixo de análises que tratou do perfil dos participantes registramos que, em relação à pertença étnico-racial. duas participantes se consideram negras, duas se consideram mulheres pardas e uma se considera branca. A faixa salarial foi a mesma para o grupo em questão, ou seja, entre 2 a 3 salários mínimos, com média fixa de R$ 2.750,00. Quanto ao tipo de vínculo, 100% das ocupações são vínculos estatutários, advindo de concurso público. Fato

considerado positivo entre os profissionais, que consideram a estabilidade como um fator de qualidade e continuidade dos serviços públicos prestados e de segurança para os trabalhadores.

Das profissionais, três residem em Fortaleza e se deslocam diariamente para a cidade de Pentecoste, uma reside no município de Pentecoste e a última reside em Caucaia, Município da região metropolitana da capital. Observamos, a partir da análise do perfil das participantes, algumas tendências, entre as quais destacamos: a prevalência de força de trabalho feminina entre as profissões de Serviço Social e Psicologia. Este fato reforça um traço histórico em ambas as profissões.

O crescimento da ocupação por concursos públicos e a valorização deste tipo de vínculo, como fator de qualidade da prestação de serviço e o aumento da participação de mulheres negras perfazendo um total de 80% ao somarmos que se autodeclaram pretas e pardas. No próximo item, tratamos sobre reflexões atinentes aos avanços e desafios da Seguridade Social brasileira articulando os resultados alcançados pela pesquisa de campo.

3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIALNO CONTEXTO DO DESMONTE ACELERADO DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA: PRESSUPOSTOS PARA O ESFORÇO DE UMA ANÁLISE CRÍTICA

Destacamos alguns pressupostos no percurso histórico da Política de Assistência social, a partir das quais refletimos os resultados da pesquisa de campo realizada com as profissionais da PSB no município de Pentecoste – Ce.

De acordo com as análises de Pereira (2013) a Assistência Social no Brasil segue uma tendência internacional, que assume a política como direito, no que diz respeito à sua estrutura de garantia de mínimos sociais. Contudo, se situa como contingente do processo econômico e não estimula sua legitimação como responsabilidade estatal.

Uma das conquistas marcantes e histórica para a titularidade da assistência social como política pública, foi a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, fundamental para o reconhecimento dos direitos humanos e, também dos direitos sociais. Dessa forma, o conjunto das necessidades dos cidadãos brasileiros inscreve-se definitivamente nos compromissos e responsabilidades dos entes públicos, inaugurando no país um novo paradigma de ação estatal. (SPOSATI, 2009).

A Assistência Social como política da Seguridade Social, foi caracterizada como política não contributiva e direcionada a quem dela necessitar, regulamentada com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993 e avançando a partir de 2004, na aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Surge um olhar diferente à política ao estabelecer uma rede de proteção social. Em 2005, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a proposta de rede se organiza e articula programas, projetos, serviços e benefícios ofertados pelo sistema de proteção social, para fortalecer a política e ampliar ofertas de direitos às populações mais vulneráveis, prevenindo riscos sociais e protegendo as pessoas de situações de violência e violação de direitos.

Questionamos as profissionais sobre os avanços e desafios da Seguridade Social e os impactos para PNAS nos últimos dez anos, e observamos que elas fazem uma crítica sobre o repasse de recursos destinados à assistência social como um instrumento de gestão municipal, estadual e federal, que embora venha nos últimos dez anos passados por um processo de expansão da política, enfrentam constantes desmontes dos direitos sociais, e baixa expectativa de aumento de recursos para as políticas sociais, processo que impactam todo o sistema de Seguridade Social Brasileiro.

Com isso, “a não implementação do orçamento da Seguridade Social, conforme o dito constitucional, também ajudou a criar o caldo de cultura da crise da Seguridade Social” (MOTA, 2000 *apud* SALVADOR, 2017, p. 431).

Mas, apesar do caráter contraditório, a assistência social permite transformação social aos sujeitos rompendo com a cultura clientelista, com modelos

de ajuste social, e de gestão estatal por ações fragmentadas e descontinuadas no enfrentamento às expressões da questão social. O SUAS tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, de forma descentralizada e participativa, com a Matricialidade Sociofamiliar como núcleo fundamental de atuação na oferta de serviços, programas e benefícios. Sobre isso, no próximo item, dialogamos com os participantes da pesquisa e com as normativas da PNAS (2004) o significado do Serviço PAIF sobre a perspectiva de Matricialidade Sociofamiliar.

3.1 A questão da Matricialidade Sociofamiliar no SUAS: desafios para a implementação do acompanhamento familiar no Serviço PAIF no município de Pentecoste – Ceará

O SUAS elege a Matricialidade Sociofamiliar como um dos eixos estruturantes da PNAS, que define a família como elemento central para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, e como uma de suas diretrizes (BRASIL, 2004).

A articulação dos serviços socioassistenciais que visam o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, estabeleceu que os serviços, programas e benefícios se distribuiriam considerando as características de territorialização e hierarquização apresentadas em níveis de proteção e agravamento das expressões da questão social.

Dessa forma, o SUAS como sistema de Proteção Social que se divide em dois níveis, sendo estes a (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidade. Faremos uma análise sobre a operacionalização da PSB que traz os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O CRAS tem por objetivo a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Contribui, portanto, com a

prevenção de vulnerabilidades sociais existentes na população, que é condicionada pelas desigualdades sociais.

De acordo com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, dentre os principais serviços oferecidos exclusivamente nos CRAS está o Serviço PAIF, que tem seu foco nas famílias em vulnerabilidade usuárias do serviço, com objetivo de proteger e prevenir o agravamento das vulnerabilidades, prevenir situação de risco e fortalecer a função protetiva das famílias, em caráter contínuo.

O trabalho social com famílias considera as condições sociais, econômicas e territórios que a família e seus membros moram, a fim de definir estratégias de superação e acesso aos direitos sociais. Deve promover a participação dos seus usuários no planejamento e desenvolvimento das ações prestadas, para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos.

Perguntamos às profissionais sobre o Serviço PAIF nos CRAS de atuação e os desafios para o acompanhamento familiar e elas tem clareza sobre o que é o Serviço PAIF em conformidade com o que é disposto nas especificações do SUAS, com o atendimento e acompanhamento familiar que materializam o serviço. Para tanto, apesar da compreensão e oferta do PAIF as profissionais destacaram alguns desafios para efetividade do serviço, visto a extensão territorial de cobertura dos CRAS de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) referenciando cerca de 3.500 famílias cada.

De fato, os CRAS do município de Pentecoste/Ce têm uma alta territorialização da capacidade de proteção social que dificulta o acesso das famílias ao serviço e da equipe ao acompanhamento familiar por visitas domiciliares para atendimento das demandas. Sobre isso, as principais demandas apresentadas pelas famílias referenciadas aos CRAS, trazidas pelas participantes da pesquisa indicam que os usuários buscam orientações, benefícios e programas de transferência de renda e acesso à documentação civil.

Quanto a percepção das participantes acerca do eixo da Matricialidade Sociofamiliar no SUAS e como é implementado no CRAS de atuação elas relataram

que aderem a diretriz da matricialidade sociofamiliar, como um dos eixos estruturantes do SUAS, que traz a família como núcleo social para a efetividade dos serviços da política de assistência social, que buscam desenvolver através do PAIF atividades integradas a todo núcleo familiar possibilitando superar a atenção segmentada.

discutiremos a seguir, os desafios postos ao trabalho social com famílias num contexto da pandemia de Covid 19, com destaque para os desafios e estratégias a partir das experiências dos profissionais dos CRAS de Pentecoste - Ce.

3.2 Desafios da Proteção Social das famílias em tempos de covid 19: estratégias dos trabalhadores do suas no âmbito da Proteção Social Básica.

A chegada da pandemia da SARS-CoV-2, causador da COVID-19, para além de uma crise sanitária, atingiu negativamente a economia mundial. No Brasil trouxe impactos na vida social de milhares de famílias, nas rotinas de trabalho, relações familiares e comunitárias, causadas principalmente pelo isolamento social.

Vivenciamos um momento atípico de uma crise mundial, com consequências principalmente na população em vulnerabilidade social. Segundo Ruseke (2006, p.69-80) “A vulnerabilidade é uma conjunção de fatores, sobrepostos de diversas maneiras e em várias dimensões, de modo a tornar o indivíduo ou grupo mais suscetível aos riscos e contingências”.

As consequências para sobrevivência nesse momento pandêmico e pós-pandêmico é perversa nessa parcela da população, fazendo surgir assim novas expressões e configurações da questão social, que conforme Iamamoto (2018, p.72): “a questão social atinge a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais, políticos e humanos.”

Diante dessa atual conjuntura que foi impactada pela Pandemia do COVID-19, a Política de Assistência Social, mostrou-se como um serviço essencial frente à pandemia, de acordo com a Portaria n° 54, de 1 de abril de 2020. Frente a isso, foram adotadas medidas de contingência e criadas Portarias que visam garantir os

direitos dos usuários e trabalhadores do SUAS durante o período que segue a pandemia com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços e oferta das atividades essenciais.

Sobre as portarias com medidas adotadas com direcionamento para o SUAS, na qual trazemos para reflexão sobre o eixo da pesquisa que trata do Trabalho Social com Famílias no contexto da Covid-19. Segundo a portaria Nº 54/2020 da Secretaria Nacional de Assistência Social, destaca-se a importância da continuidade dos serviços prestados à população usuária como essenciais e indispensáveis. A reflexão que as profissionais fizeram sobre estas medidas foi que um dos principais desafios apresentados relativos aos impactos da covid-19, dizem respeito a questão aos atendimentos, pois grande parte dos serviços ocorrem de forma presencial e tiveram que ser adaptados, devido aos decretos de isolamento e distanciamento social onde todos tiveram que adotar medidas de isolamento para a prevenção da disseminação do vírus.

Tais medidas impuseram a realização de atendimentos de forma remota, que não foram validados por parte do público usuário. Ainda assim, o atendimento remoto foi uma estratégia usada pelos profissionais de forma emergente para atender as demandas dos usuários. Os profissionais tiveram que adiar atendimentos das demandas dos usuários do PAIF, devido ao isolamento social que gerou ainda mais demanda reprimida.

No que diz respeito aos benefícios eventuais, a portaria Nº 58, aprova a Nota Técnica nº 20/2020, da Secretaria Nacional de Assistência Social, traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais do SUAS no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da COVID-19. (BRASIL, 2020).

Sobre as novas demandas que surgiram no CRAS, os relatos das profissionais indicam o aumento da procura por benefícios eventuais e demandas psicológicas, por ansiedade em todos os grupos dos membros familiares. os desafios de acesso registrados por meio da amplitude territorial, e da baixa capacidade de atendimento do CRAS compromete a efetividade da consolidação do

Trabalho Social da família com a Política Pública. (MENDONÇA, 2014; PEREIRA, 2012; MIOTO,2012).

Por fim, buscamos identificar na pesquisa, se os profissionais se sentiram seguros no ambiente de trabalho em relação ao vírus, buscamos saber se sentiram contemplados com a disponibilidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) no campo de trabalho, e entendemos que não houve atendimento satisfatório das condições de trabalho relativas às exigências e cuidados com a saúde e que as ações da gestão não atenderam às expectativas dos profissionais. Ainda no que diz respeito à Portaria Nº 54, esta explicita que "com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS." (BRASIL, 2020).

4 CONCLUSÃO

A assistência social nas últimas duas décadas se inscreve em um Brasil que alterna períodos de avanços de direitos, e momentos de crise política e econômica agravados pela radicalização por teses neoliberais, redução do papel do Estado, e constantes desmontes na redução dos investimentos nas políticas sociais.

Observamos que o Trabalho Social com Famílias desenvolvidas pelo Serviço PAIF e de Matricialidade Sociofamiliar trazidos pelas participantes, se alinham ao que dispõe a legislação da PNAS/SUAS. Os resultados apontaram que a concepção de Matricialidade Sociofamiliar apreendido, segue a um processo contínuo de superar as abordagens e posturas funcionalistas e conservadoras no atendimento às famílias.

Já principais desafios apresentados pelos trabalhadores do SUAS para a implementação da Matricialidade Sociofamiliar no PAIF foram a abrangência do território, como um desafio na atenção às populações referenciadas aos CRAS, resultando na alta demanda de atendimento às famílias para uma equipe mínima. Outro ponto em análise foram as principais demandas das famílias que participam

do acompanhamento familiar do Serviço PAIF, que registraram os benefícios eventuais, e a transferência de renda como mais frequentes.

Ao avaliarmos de que forma a pandemia da Covid-19 afetou o Trabalho Social com Famílias, evidenciou-se particularidades nas demandas das famílias que revelam novos desafios para continuidade dos atendimentos do Serviço PAIF, tendo em vista as Portarias Federais, Estaduais e Municipais sobre aos cuidados sanitários e outras legislações das Políticas Públicas.

Consideramos que esta pesquisa não esgota as reflexões e apontamentos para a análise sobretudo em relação aos novos fenômenos que incidem sobre o Trabalho Social com Famílias durante a pandemia. Trabalhadores do SUAS, pesquisadores, Gestores públicos e sociedade civil estão diante de severos dilemas da Proteção Social que são atravessados pela Pandemia da Covid 19 no momento atual, haja vista serem múltiplos e históricos os desafios para a consolidação de Políticas Públicas de Proteção Social para famílias no Brasil.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social – fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação.** In: CFESS; ABEPSS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CEAD: Ed. UNB, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Portaria nº 54, de 1 de abril de 2020.** Diário Oficial da União, Brasília, 2020.

_____. Ministério da Cidadania. **Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional**

decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Portaria nº 337, de 24 de março de 2020.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Portaria nº 58, de 15 de abril de 2020.** Diário Oficial da União, Brasília, 2020.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB – RH/SUAS.** Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS. 2005.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.** Brasília, 2009.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília: DF. 2013.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pentecoste/panorama acesso em: 09/01/2021.

_____. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016.

CFESS. **Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social**. Brasília, Manifesto de 23 de março de 2020. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf. Acessado em 07 de agosto de 2020.

MENDONÇA, Lauriene Rodrigues Mareiro. **Os Vínculos Sociais na Política De Assistência Social: Um olhar sobre as narrativas apresentadas pelo acompanhamento familiar no Município de Fortaleza - Ce.** Dissertação de Mestrado, UECE, 2014.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MIOTO, Regina Célia. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social.** Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n.2, p. 163-176, Jan/jul. 2010.

PEREIRA, P.A.P. **Proteção social contemporânea: cui prodest?** Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

RUSEKE, Franz Josef. **Risco e Contingência. Os paradigmas da modernidade e sua contestação**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2006, 69-80 pp

SALVADOR, Evilasio da Silva. **O desmonte do financiamento da Seguridade Social em contexto de ajuste fiscal.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017

SILVA, Edna Lúcia da; MENESES, Ester Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. Ed. Ver. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SPOSATI, 2009. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil Contemporâneo e as formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc. 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. **Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo. nº 138. p 207-213, maio/agosto 2020.